

## “ABRI MÃO DE MUITA COISA”: A MONOPARENTALIDADE FEMININA COMO UM DOS PREDITORES DA EVASÃO ESCOLAR

Maria Helena Pereira de Oliveira Araújo<sup>1</sup>

Laíne Louise Carvalho de Almeida<sup>2</sup>

Betânia Maria Oliveira de Amorim<sup>3</sup>

### RESUMO

A monoparentalidade feminina refere-se à condição em que a mulher assume parcial ou integralmente a responsabilidade de criar e cuidar dos filhos, por diversos fatores, entre eles o abandono paterno e a falta de apoio familiar. Este cenário, na maioria dos casos, está diretamente relacionado à vulnerabilidade social e financeira, uma vez que expressa relações históricas e culturais de desigualdade de gênero. Por conseguinte, à mulher é designado o papel de cuidado do lar e dos(as) filhos(as), enquanto ao homem são destinados o trabalho e as provisões financeiras, estes papéis sociais de sexo estão sustentados sob a lógica patriarcal, amparados na divisão sexual do trabalho naturalizada socialmente. No tocante ao arranjo familiar monoparental feminino, as violências intrínsecas ao modo de funcionamento patriarcal são agravadas, pois a sobrecarga materna cresce exponencialmente, implicando no afastamento da mulher de diversos espaços, como é o caso da escola. Este estudo, de abordagem qualitativa, objetivou compreender como a maternidade solo implica na interrupção e desistência dos estudos básico e superior. Participaram da pesquisa 57 mulheres-mães-solo, com média de idade entre 29 e 39 anos, majoritariamente autodeclaradas pardas (73,7%). Observou-se que há uma tripla jornada de trabalho (mulher-mãe-trabalhadora) que subtrai as possibilidades de desenvolvimento estudantil, uma vez que as mulheres-mães se sentem sobrecarregadas e cansadas com a rotina da maternidade e da provisão financeira, na qual a participação paterna é mínima ou inexistente. A maternidade foi diversas vezes descrita como limitante, primordial e difícil, afastando-se do ideal romântico de amor materno. Desse modo, considera-se que a monoparentalidade feminina funciona como um dos preditores da evasão escolar de mulheres, sendo necessária uma atenção das políticas públicas para essa realidade.

**Palavras-chave:** Monoparentalidade feminina, Educação, Divisão sexual do trabalho.

### INTRODUÇÃO

Historicamente, há uma socialização e naturalização de determinados papéis de sexo para homens e mulheres, que funcionam em conformidade com o desenvolvimento do

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Psicologia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Saúde e Sexualidades – NEXUS/UFCG. [mariahelenaacademico@gmail.com](mailto:mariahelenaacademico@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Psicologia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Saúde e Sexualidades – NEXUS/UFCG. [laine.louise@estudante.ufcg.edu.br](mailto:laine.louise@estudante.ufcg.edu.br).

<sup>3</sup> Professora Orientadora: Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Professora associada da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Saúde e Sexualidades – NEXUS/UFCG. [betania.maria@professor.ufcg.edu.br](mailto:betania.maria@professor.ufcg.edu.br).

capitalismo. No contexto da Revolução Industrial acentua-se a instauração da divisão entre público e privado, pela qual a mulher foi restrita aos cuidados domésticos e com os(as) filhos(as) - reprodução da força de trabalho - e os homens à provisão financeira e aos trabalhos laborativos - força produtiva. As relações de dominação patriarcal não surgem apenas em decorrência do capitalismo, mas sim se adaptam e amplificam o processo de dominação-exploração nesse contexto social e econômico (SAFFIOTI, 2015).

O termo Divisão Sexual do Trabalho (DST) expressa exatamente a maneira como as tarefas e responsabilidades são distribuídas em função do gênero em sociedade. Saffioti (2015) indica que o conceito de gênero, enquanto organizador primordial da vida social, revela como a sociedade patriarcal exclui as mulheres socialmente com base em aspectos biológicos, negando a elas os mesmos direitos que os homens.

Zanello (2020) aborda essa questão a partir de questionamentos sobre a imposição às mulheres do papel principal de maternar e cuidar dos(as) filhos(as), justificado pelo gestar e parir feminino, isto é, considera-se supostamente natural esse lugar social. Para tanto, a autora cunha o conceito de “Dispositivo Materno” para descrever o conjunto de normas, ideias e práticas que reforçam a exclusiva responsabilidade das mulheres na maternagem, o que se espera é que estejam disponíveis e sejam, de certa forma, sempre solícitas.

O mecanismo do Dispositivo Materno, aliado à falta de remuneração pelo trabalho de cuidado e a consequente invisibilidade desse processo de dominação e subordinação atendem diretamente aos interesses do capital, visando aumentar os lucros ao reduzir significativamente o custo da reprodução da força de trabalho, como também, permite justificar socialmente a falta de responsabilidade do homem como pai em relação à participação no ambiente familiar e aos cuidados com os(as) filhos(as), resultando no fenômeno alarmante do abandono paterno (QUEIROZ, 2019).

Esse abandono se materializa de diferentes formas no cotidiano familiar, desde o afastamento da esfera do cuidado, amparando-se no trabalho como exercício da paternagem, até a completa ausência. Mulheres exercendo a maternagem sozinhas, sem o companheiro, sempre foi comum no Brasil. Pesquisa realizada pelo Datafolha (MENON, 2023), com amostra de 1.042 participantes maiores de 16 anos, aponta que 7 a cada 10 mulheres são mães no Brasil, sendo metade mães-solo (55%). Nesses casos as violências intrínsecas ao modo de funcionamento patriarcal são agravadas, pois a sobrecarga materna cresce exponencialmente, implicando no afastamento da mulher de diversos espaços sociais.

Zanello (2020) argumenta que o Dispositivo Materno cria uma barreira para as mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica, dificultando o equilíbrio entre a vida profissional

e pessoal, uma vez que há a expectativa social de que as mulheres sejam dedicadas à maternidade em tempo integral. De tal modo que a probabilidade de uma mulher sem filhos(as) ingressar no ensino superior é 112% maior do que mães com crianças pequenas, conseqüentemente, 44% das mulheres-mães-solo com filhos de até 12 anos sobrevivem mensalmente com até um salário mínimo (MENON, 2023). Esse cenário preocupante resulta frequentemente em desigualdades de oportunidade, salariais e de poder entre os sexos, estereótipos de gênero, expectativas culturais, obstáculos institucionais e aumento do estresse e esgotamento emocional (SMITH; MAZURE, 2021).

Nas últimas décadas, têm sido evidentes as transformações no papel social das mulheres, com um aumento significativo da participação feminina nas universidades e no mercado de trabalho. No entanto, ainda persistem situações de opressão e violência baseadas no gênero. A falta de apoio na assistência, criação e educação dos(as) filhos(as) amplia a vulnerabilidade social e psíquica das mulheres-mães. No cenário escolar, nota-se a ausência de estratégias eficazes de permanência estudantil para fortalecer a presença feminina nesses espaços, mais especificamente no contexto da monoparentalidade feminina (SOUZA; DORNELAS; BARBOSA, 2023).

À luz desse cenário, a presente pesquisa visa compreender a relação entre maternidade e evasão escolar, no ensino básico e superior, dentro do contexto da monoparentalidade feminina, a partir da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2017), uma abordagem que explora como as pessoas constroem e compartilham significados sociais, investigando de que modo ideias, crenças e valores são formados e influenciam a interação social.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, de cunho descritivo e exploratório. Participaram desta pesquisa 57 mulheres-mães-solo, residentes no Estado da Paraíba, com média de idade de 36,87 anos (DP= 11,732), majoritariamente autodeclaradas pardas (73,7%), com renda de até um salário mínimo (77,2%), solteiras (59,6%), com média de 2,3 (DP= 1,489) filhos(as), 70,2% possuem religião de matriz cristã. No que diz respeito ao grau de escolaridade: 22 participantes possuem ensino fundamental completo ou incompleto, 23 possuem ensino médio completo ou incompleto e apenas 10 possuem superior completo ou incompleto. Por fim, 57,9% das participantes estão incluídas no mercado de trabalho, por meio de vínculo formal ou informal, bem como 57,9% afirmaram não receber pensão do genitor.

Utilizou-se como instrumentos um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, com questões pertinentes à vivência da maternidade solo e suas implicações para vida acadêmica e/ou profissional. O estudo foi realizado presencialmente em Unidades Básicas de Saúde e comunidades do município de Campina Grande – Paraíba e em outros municípios circunvizinhos.

Para sistematização e análise dos dados, fez-se uso da metodologia da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (BARDIN, 2011) e o aporte teórico da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2017). A análise de conteúdo é uma abordagem metodológica que busca compreender e interpretar o conteúdo de um determinado material, visando identificar os significados presentes no conteúdo, as relações entre os elementos e as regularidades presentes. Este tipo de análise envolve três etapas: pré-análise, a exploração do material e a interpretação dos resultados, utilizando categorias e codificação para organizar e analisar os dados, permitindo extrair informações relevantes e compreender as mensagens transmitidas pelo conteúdo analisado (BARDIN, 2011).

Na pré-análise ocorreu a separação das entrevistas de cada participante e estabelecidos os trechos utilizados como unidades de análise. Em seguida, foi feita a exploração do material, por meio da qual os dados brutos foram organizados sistematicamente por uma leitura atenta do material selecionado, objetivando extrair uma amostra representativa das implicações da maternidade solo na vida de mulheres-mães, bem como foram identificados núcleos de sentido por meio da análise temática, compreendidos como temas emergentes. Por fim, foi realizado o tratamento dos resultados, permitindo uma compreensão aprofundada das vivências maternas, revelando o modo como representam o ser mulher-mãe-solo.

A Teoria das Representações Sociais é uma perspectiva psicossociológica que objetiva compreender como é elaborado e compartilhado um conhecimento acerca de determinado objeto social, neste caso a maternidade solo, abrangendo aspectos psicológicos, afetivos, sociais, ideológicos e culturais, que irá reger o modo como os indivíduos orientam suas condutas e se comunicam (MOSCOVICI, 2017), auxiliando na análise de como as participantes interpretam e atribuem sentido ao mundo social em que estão inseridas.

As Representações Sociais possuem quatro funções básicas: identitária, ao ajudar na construção e manutenção da identidade individual e coletiva; cognitiva, ao organizar e interpretar a realidade social; justificadora, ao fornecer explicações e justificativas para fenômenos sociais e; orientadora, ao guiar o comportamento social e as interações entre as pessoas. No tocante à monoparentalidade feminina, entender como as mulheres-mães

representam seu próprio contexto permite a possibilidade de construir intervenções adequadas a esta realidade, a fim de fortalecer a participação de mulheres no espaço público.

Por fim, salienta-se que o presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-HUAC) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), atendendo às diretrizes preconizadas pela Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O parecer de número 5.913.991, referente ao CAAE 66144422.7.0000.5182, obteve a aprovação do CEP-HUAC no dia 27 de fevereiro de 2023, sem inadequações éticas para realização da pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A maternidade solo é compreendida enquanto um fator que modifica a experiência do ser mulher em sociedade, incluindo sua participação no sistema educacional. Um dos principais aspectos observados é a evasão escolar, resultado de diferentes especificidades atreladas ao cuidado com os(as) filhos(as), conforme mencionado pelas participantes do presente estudo.

Por meio da análise temática dos conteúdos evocados por meio da entrevista foi possível a identificação de dois núcleos de sentido: o primeiro relaciona diretamente a maternidade com a evasão escolar e a ausência de oportunidades de trabalho formal e o segundo enfatiza uma suposta ausência de um fator sobre o outro.

Para as participantes que verbalizaram sobre a existência dessa interferência, o aspecto mais proeminente é a impossibilidade de conciliação entre as diferentes funções. A desvalorização institucional e cultural das atividades tradicionalmente associadas à mulher, como os serviços de cuidado e os serviços domésticos, traz poucos incentivos para que os homens se dediquem a estas atividades. Por outro lado, o incentivo econômico e realização pessoal ligado ao trabalho remunerado nas ocupações tipicamente masculinas direciona a possibilidade de ganhos para as mulheres (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019). Assim, é notável que a sobrecarga de responsabilidades para as mulheres persiste através das desigualdades de gênero nas esferas público e privada, afetando as possibilidades de acesso a um trabalho decente, a vida familiar e o bem-estar das mulheres.

No caso da maternidade solo esse contexto de vulnerabilidade é ampliado, uma vez que não há sequer a estruturação tradicional de gênero, sendo necessário que a mulher também tenha responsabilidades com a provisão financeira. Desse modo, a necessidade de se inserir no mercado de trabalho faz com que as mulheres-mães tenham que lidar com as questões sobre quem irá ficar com os(as) filhos(as), além de que permanecem restritas à trabalhos que

permitam flexibilidade de horários, embora que com menor remuneração e com rotinas precarizadas, ou ainda que necessitem de apoios financeiros externos (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019).

Um dos resultados desse cenário é a significativa dependência de políticas públicas, tais como o Programa Bolsa Família (PBF) e instituições públicas de Assistência Social, à exemplo das creches municipais e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que desempenham papel importante na proteção básica, especialmente em situações de vulnerabilidade e risco social. No que tange o PBF, se trata de um programa de transferência de renda do governo brasileiro que busca combater a pobreza e desigualdade social, promovendo também acesso à educação, saúde e assistência social. Desde seu início, este programa privilegia mulheres como principais titulares, o que, por um lado, aponta um uso instrumental da mulher pelo Estado para ampliação da eficácia da política pública e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado ou, por outro lado, amplia o poder de decisão e aumenta a autonomia, na medida que permite a provisão financeira (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017).

De todo modo, o PBF conta com o cumprimento de condicionalidades, exigências de contrapartidas nas áreas de saúde e educação, que geram aumento na responsabilidade com os(as) filhos(as) e a elevação do tempo gasto pela mulher nas atividades de cuidado, isto é, produz sobrecarga de tarefas, a partir do “reforço do etos da maternidade responsável” (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017). Portanto, seja pelo trabalho precarizado, seja pelo cumprimento das condicionalidades do PBF, observa-se uma tripla jornada de trabalho que subtrai as possibilidades de desenvolvimento estudantil.

Ainda assim, a maternidade isoladamente não é a causa direta para a evasão escolar, esta não deve ser vista como um obstáculo para o desenvolvimento profissional e acadêmico (LUCENA, 2023), contudo o equilíbrio delicado entre maternidade, estudos e empregos deve estar associado à valorização do trabalho, existência de recursos financeiros e apoio emocional adequados (LUCENA, 2023; SOUZA; DORNELAS; BARBOSA, 2023). Compreende-se que é possível existir a conciliação de múltiplos papéis, desde que sejam considerados os fatores sociais, culturais e históricos que atravessam essa realidade.

Os conceitos patriarcais de controle masculino sobre a vida das mulheres também aparecem como obstáculos para a continuidade dos estudos, como notado nos relatos em que houve proibição pelos cônjuges da mulher ocupar postos fora do espaço domésticos, sendo o trabalho produzido invisibilizado pela representação de que é uma função inata. As

participantes enfatizaram que apenas após a separação puderam repensar seu lugar social, embora considerassem “tarde demais” para fazer algo.

Outro tema emergente no conteúdo das entrevistas foi o julgamento social sofrido pelas mulheres-mães-solo, tendo como principal exemplo as entrevistas de emprego, nas quais são questionadas acerca da conciliação com a maternidade, fator impensável para os homens. A paternidade não é questionada, ressaltando a desresponsabilização do homem-pai. Lucena (2023) discute que esse julgamento frequentemente surge no próprio núcleo familiar, base das construções representativas do sujeito, baseados em expectativas irreais e contraditórias do ser mulher sendo mãe, desembocando em sentimentos de incapacidade, desencorajamento e desmotivação que ampliam o sofrimento atrelado à maternidade.

O arrependimento aparece como uma postura emocional frente à interrupção dos estudos e do trabalho, o que não necessariamente foi colocado como um arrependimento de ser mãe em si. Donath (2022), em estudo aprofundado sobre o arrependimento materno, compreende que se trata de um não-dito, algo que não pode ser verbalizado, estando à mercê do julgamento social. Se trata assim de uma postura emocional que destoa do amor idealizado, incondicional e inesgotável. Uma vez que a maternidade é estruturada como uma promessa, ainda que não exista uma vontade ou desejo anterior de ser mãe, é imposto à mulher este lugar, cabendo a ênfase que o mesmo tratamento não é colocado para os homens. Em consonância, surgem discursos que destacam a maternidade como uma função social, para além de uma mera relação social, de extrema importância que, mesmo interferindo diretamente na evasão escolar, não se torna um ponto incômodo, pois deve estar naturalmente em primeiro lugar.

Em contraposto, o segundo núcleo de sentido percebido diz respeito à ênfase em uma suposta ausência de interferência da maternidade sobre os estudos, incluindo verbalizações de que o ser mãe não alterou em nenhum aspecto a vida acadêmica e profissional. Diversas participantes justificaram que é possível a conciliação da tripla jornada de trabalho, ancorado na visão romantizada e estereotipada da maternidade, na qual a mãe é aquela mulher guerreira que tudo suporta. No contexto da maternidade solo, Borges (2020) problematiza o neologismo “pãe”, que representa o acúmulo das funções de pai e mãe, indicando que esta obscurece a ausência paterna, colocando-a como opcional, e exalta a própria sobrecarga feminina, como algo desejável. Por conseguinte, embora as mulheres-mães relatem “dar conta de tudo”, questiona-se a que custo isso é feito e as repercussões para a saúde, devido ao aumento das dificuldades, responsabilidades, estresse e sobrecarga (SMITH; MAZURE, 2021).

O ideal de mãe quando não é alcançado é vivenciado sob a forma de culpa, sentimento de falha ou fracasso, em especial quando são estabelecidas comparações entre os alunos,

desconsiderando os diversos desafios de organização do tempo, gestão das responsabilidades familiares, pressão acadêmica, incerteza financeira e a necessidade maior de esforço para cumprimento de determinadas atividades curriculares (LUCENA, 2023).

Não obstante, outra justificativa que reforça esse núcleo de sentido é a representação sobre “término dos estudos”, discurso que remete para um contexto de vulnerabilidade específico, ancorado em ideias sociais e culturais, que considera o ensino médio completo como último grau de escolaridade possível, constituindo limitações nas possibilidades que estas mulheres possuem. Com essa perspectiva, a colaboração entre as instituições de ensino, setores governamentais e sociedade civil é fundamental para produção de rupturas e atualizações nessa representação, possibilitando a criação de um ambiente que reconheça e valorize a integralidade das mães discentes, visando garantir sua participação plena e bem-sucedida no ambiente acadêmico e profissional (LUCENA, 2023).

Por fim, é importante enfatizar que algumas participantes responderam a questão direta sobre a interferência na vida acadêmica ou no trabalho com um simples “não”, deixando a parte maiores explicações, contudo uma análise geral do *corpus* textual permite a compreensão, aliado às características sociodemográficas de escolaridade, renda e ocupação, de que há uma naturalização da maternidade como indispensável e restrita ao espaço privado, fazendo com que a vida acadêmica ganhe menor importância.

Apenas duas participantes com ensino superior completo ou incompleto e vínculo empregatício formal relataram não considerar a maternidade enquanto um complicador da vida acadêmica. Porém, nesses casos específicos, percebe-se uma conjuntura singular, na qual há a presença de uma rede de apoio e suporte para cuidado com os(as) filhos(as) e a presença de um desejo explícito pela maternidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o presente estudo, considera-se que foi possível ampliar a compreensão acerca dos atravessamentos das discussões de gênero na educação de mulheres, especificamente no que diz respeito à monoparentalidade feminina, além de abarcar como esses fatores estão representados socialmente. Em síntese, há uma dicotomia entre a representação da maternidade enquanto um preditor escolar, pela qual observa-se a compreensão de que não é possível a conciliação entre as diferentes funções, com verbalizações alusivas à falta de apoio, julgamento social, arrependimento, culpabilização e dependência de políticas públicas de assistência social, ao mesmo tempo que há uma representação de que a maternidade não interfere em outras esferas



da vida, embora haja aumento do estresse e sobrecarga, romantização e naturalização da maternidade e fatores culturais que marcam limitações das possibilidades das mulheres em sociedade.

A análise aprofundada dos dados sociodemográficos e das entrevistas semiestruturadas indicou que a estrutura de gênero que suporta esse fenômeno possibilita explicações para ambas as situações, apresentando correlação significativa entre maternidade e evasão escolar, tornando-se necessária uma ampliação da atenção para esse fenômeno social, visando a construção e fortalecimento de políticas públicas que promovam quebras de paradigmas e que possibilitem estratégias de adesão permanência estudantil para esse público.

Compreende-se que os espaços de educação desempenham papel fundamental na promoção do bem-estar da comunidade, além de seu objetivo principal de oferecer educação de qualidade, devem estar implicados na responsabilidade de contribuir para a transformação social e enfrentamento das desigualdades. Desse modo, não foi objetivo do presente estudo esgotar as análises das estruturas que sustentam os processos de dominação e opressão das mulheres, sendo necessário realizar outras pesquisas similares que promovam discussões abrangentes e aumentem a visibilidade deste problema na sociedade, ampliando as amostras e investigando os diferentes projetos de vida que estão sendo compartilhados e pensar o quanto a estrutura social contribui para essa representação. Finalmente, reitera-se as contribuições da Teoria das Representações Sociais para análise deste objeto social.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. (2017). **O Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Texto para Discussão, 2331. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

BORGES, L. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, v. 1, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

DONATH, O. **Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Rev. bras. estud. popul.**, v. 36, 2019. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0090>.

LUCENA, I. R. R. **A conciliação entre maternidade-estudo-trabalho**: reflexões sobre os desafios enfrentados pelas mães discentes no contexto universitário. Orientadora: Ana Maria de Barros. 2023. 25 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru-PE, 2023.

MENON, I. 7 em cada 10 mulheres são mães no Brasil; metade é solo. **Folha de São Paulo [on-line]**. 13 mai. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/7-em-cada-10-mulheres-sao-maes-no-brasil-metade-e-solo.shtml>. Acesso em 11 nov. 2023.

MOSCOVICI, S. **A Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público**. Petrópolis: Vozes, 2017.

QUEIROZ, G. S. **Eu, meu filho e a microcefalia**: representações sociais acerca do abandono paterno. Orientadora: Betânia Maria Oliveira de Amorim. 2019. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Psicologia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande -PB, 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência** (2ª ed.). São Paulo- SP: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SMITH, M. V.; MAZURE, C. M. Mental Health and Wealth: Depression, Gender, Poverty, and Parenting. **Annu Rev Clin Psychol**, v. 17, p. 181-205, 2021. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-071219-022710>.

SOUZA, M. I. M.; DORNELAS, M. A.; BARBOSA, R. P. C. Maternidade e vida acadêmica: o caso da jornada feminina de estudantes de uma instituição de ensino federal. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 6, p. 18927-18948, 2023. <https://doi.org/10.34117/bjdv9n6-015>.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Editora Appris, 2020.